

Balanço da Fiscalização 2017  
1º SEMESTRE



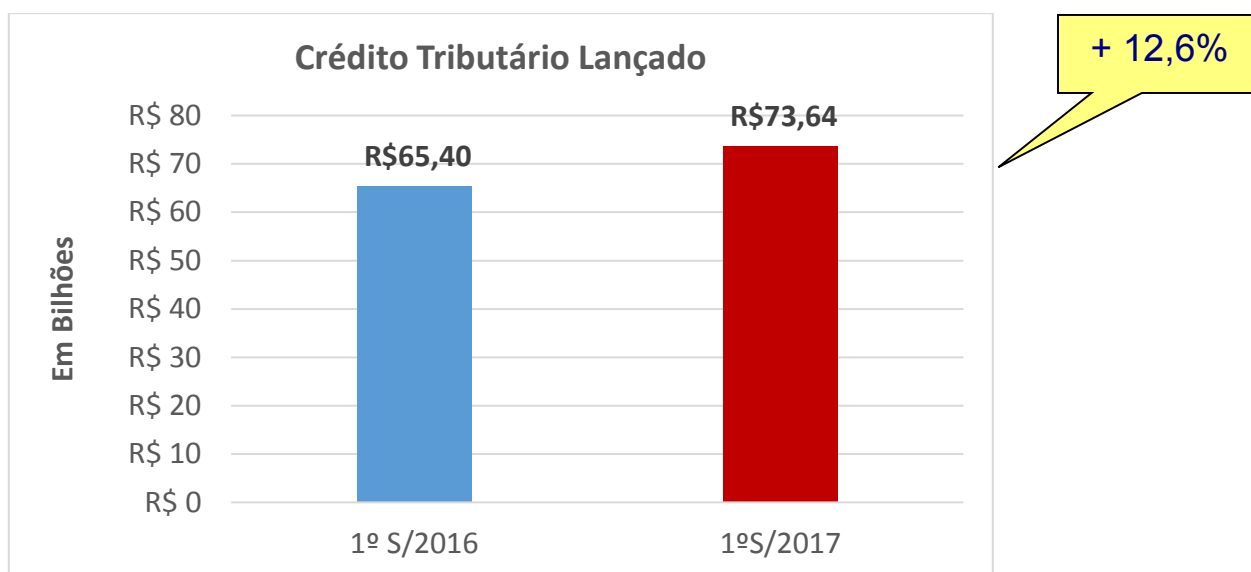
**Receita Federal**

## Resultado da Fiscalização da RFB – 1º Semestre de 2017

### RESULTADOS ATÉ O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017

#### 1. Crédito Tributário constituído pela Receita Federal no primeiro semestre de 2017 atinge R\$ 73,636 bilhões e representa um incremento de 12,6% em relação ao mesmo período de 2016

No primeiro semestre de 2017 a Fiscalização da Receita Federal constituiu R\$ 73.636.074.849 de crédito tributário, o que representa um acréscimo de R\$ 8.233.726.301 em relação ao 1º semestre de 2016, que foi R\$ 65.402.348.548. Esse é o segundo maior valor recuperado em um primeiro semestre pela Fiscalização, sendo superado apenas pelo primeiro semestre de 2015, quando foi lançado R\$ 75.133.635.560.



- **Participação dos Maiores Contribuintes Pessoas Jurídicas<sup>1</sup> nas Autuações**

Autuações até Junho/2016	R\$ 48,822 bilhões
Autuações até Junho/2017	R\$ 55,284 bilhões
Variação	13,2 %
Participação no total em junho/2017	75,1 %

<sup>1</sup> A Portaria RFB nº 1.714, de 22 de dezembro de 2016, definiu para o ano de 2017 os parâmetros de definição das Pessoas Jurídicas Diferenciadas são, entre outros: (i) receita bruta acima de R\$ 180 milhões; ou (ii) massa salarial acima de R\$ 50 milhões; ou (iii) débito declarado em DCTF acima de R\$ 18 milhões; ou (iv) débito declarado em GFIP acima de R\$ 18 milhões.

## Resultado da Fiscalização da RFB – 1º Semestre de 2017

### 2. Quantidade de procedimentos fiscais executados no 1º semestre de 2017

As quantidades de procedimentos de auditoria externas e de revisão de declarações aumentaram 9,2% e 14,9%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2016.

Consolidado	Junho 2016		Junho 2017		Variação de 2016 a 2017	
	Qtd	R\$	Qtd	R\$	Qtd	R\$
Auditorias Externas	4.928	63.222.850.863	5.383	70.874.066.474	9,2%	12,1%
Revisão de Declarações	170.785	2.179.497.685	196.309	2.762.008.364	14,9%	26,7%
<b>Total Geral:</b>	<b>175.713</b>	<b>65.402.348.548</b>	<b>201.692</b>	<b>73.636.074.838</b>	<b>14,8%</b>	<b>12,6%</b>

### 3. Crédito Tributário por segmento ou ocupação profissional

Pessoas Jurídicas	2016		2017		Variação	
	Qtd	Crédito (R\$)	Qtd	Crédito (R\$)	Qtd	Crédito (R\$)
Comércio	652	5.043.152.862	664	13.837.934.929	1,8%	174,4%
Prestação de serviços	692	6.779.851.169	695	5.779.504.726	0,4%	-14,8%
Indústria	840	26.209.377.815	927	31.103.876.491	10,4%	18,7%
Transporte e serviços relacionados	153	1.031.451.931	180	2.101.756.566	17,6%	103,8%
Construção civil	142	7.210.682.149	173	2.769.024.424	21,8%	-61,6%
Serviços de comunicação, energia e água	33	1.446.718.933	35	1.013.625.304	6,1%	-29,9%
Serviços financeiros	60	7.619.794.076	92	5.690.628.070	53,3%	-25,3%
Sociedades de Participação	45	1.841.545.015	44	3.867.945.458	-2,2%	110,0%
Outros setores	276	1.653.775.007	412	2.533.744.864	49,3%	53,2%
<b>Total Fiscalização Pessoa Jurídica</b>	<b>2.893</b>	<b>58.836.348.957</b>	<b>3.222</b>	<b>68.698.040.832</b>	<b>11,4%</b>	<b>16,8%</b>
Lançamento de Multa PJ	73	85.553.414	141	185.541.372	93,2%	116,9%
Total Revisão de Declarações PJ	1.827	1.608.439.442	2.798	1.788.395.439	53,1%	11,2%
<b>Total Geral Pessoa Jurídica</b>	<b>4.793</b>	<b>60.530.341.813</b>	<b>6.161</b>	<b>70.671.977.643</b>	<b>28,5%</b>	<b>16,8%</b>

Pessoas Físicas	Qtd	Crédito (R\$)	Qtd	Crédito (R\$)	Qtd	Crédito (R\$)
Proprietário e Dirigente de Empresa	460	1.107.619.457	477	985.020.495	3,7%	-11,1%
Funcionário público e Aposentado	165	246.421.367	165	53.463.239	0,0%	-78,3%
Profissional liberal	399	145.607.939	481	245.876.449	20,6%	68,9%
Profissional de ensino de outra natureza	213	45.857.299	167	169.129.043	-21,6%	268,8%
Autônomo	77	58.361.035	82	54.871.662	6,5%	-6,0%
Outros	591	2.696.584.665	532	481.798.711	-10,0%	-82,1%
<b>Total Fiscalização Pessoa Física</b>	<b>1.905</b>	<b>4.300.451.762</b>	<b>1.904</b>	<b>1.990.159.599</b>	<b>-0,1%</b>	<b>-53,7%</b>
Lançamento de Multa	57	496.730	116	324.671	103,5%	-34,6%
Revisão de Declarações PF	168.958	571.058.243	193.511	973.612.925	14,5%	70,5%
<b>Total Geral Pessoa Física</b>	<b>170.920</b>	<b>4.872.006.735</b>	<b>195.531</b>	<b>2.964.097.195</b>	<b>14,4%</b>	<b>-39,2%</b>
<b>Total Geral</b>	<b>175.713</b>	<b>65.402.348.548</b>	<b>201.692</b>	<b>73.636.074.838</b>	<b>14,8%</b>	<b>12,6%</b>

## Resultado da Fiscalização da RFB – 1º Semestre de 2017

### 4. Autuações das Contribuições Previdenciárias crescem 54,5%

Contribuição Previdenciária	2016	2017
CP Patronal	3.246.613.044,84	5.270.271.841,51
CP Segurados	302.609.911,66	426.091.591,30
CP Terceiros	337.653.549,79	583.987.545,60
Multas Diversas - Previdenciárias	261.956.849,81	131.262.580,55
<b>Total</b>	<b>4.148.833.356,10</b>	<b>6.411.613.558,96</b>

### 5. Lava Jato atinge R\$ 12,826 bilhões

Atividade Fiscal	Situação	Ano Situação	Total		Previdenciário	
			Qtde Procedimentos Fiscais	Total Crédito Lançado	Qtde Procedimentos Fiscais	Total Crédito Lançado
FISCALIZAÇÃO	Encerrada	2015	6	145.095.994,36		
	Encerrada	2016	104	3.225.545.624,29		
	Encerrada	2017	84	2.721.999.557,16		
	Andamento		<b>177</b>	2.034.349.045,18	2	12.801.021,41
DILIGÊNCIA/PERÍCIA	Encerrada	2015	51			
	Encerrada	2016	356			
	Encerrada	2017	299			
	Andamento		<b>827</b>			
LANÇAMENTO DE MULTA	Encerrada	2016	1	538,93		
<b>Total</b>			<b>1.905</b>	<b>8.126.990.759,92</b>	<b>2</b>	<b>12.801.021,41</b>

Fiscalização da RFB já estava atuando nos casos que causaram prejuízo à Petrobrás antes disso, quando houve a autuação de Caso Schain (produção de plataformas), cuja autuação foi de R\$ 4,72 bilhões.

### PRÓXIMAS AÇÕES DA FISCALIZAÇÃO PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017

#### 6. Pessoas Físicas com ativos no exterior

Encontram-se em fase de refinamento os critérios de seleção dos contribuintes que aderiram ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT). Com a edição da Lei nº 13.428, de 30 de março de 2017, que instituiu o RERCT2, o início de procedimentos fiscais se intensificará após o prazo final para adesão dessa segunda fase (31 de julho de 2017).

Grande parte das informações que estão subsidiando o trabalho dos Auditores-Fiscais decorre do intercâmbio de informações oriundas dos Estados Unidos da América, por meio do *Foreign Account Tax Compliance Act* (FATCA), relativas a 2014 e recebidas em setembro de 2015, e de outros 100 países, via Convenção Multilateral e Acordo de Autoridades Competentes do CRS, que

## **Resultado da Fiscalização da RFB – 1º Semestre de 2017**

reportarão mutuamente informações a partir de janeiro de 2017, de forma automática. Em 2018, contudo os acordos já permitem suportar assistência mútua.

Uma vez reportado a existência de ativos no exterior, a Fiscalização da RFB demandará ao Fisco estrangeiro para que confirme as informações. O prazo usual de confirmação é de até 90 dias.

Uma vez confirmados os ativos não declarados, serão abertas as fiscalizações.

Os Auditores-Fiscais estão aplicando técnicas de seleção e investigação baseadas em informações internas e de diferentes fontes, tais como representações de órgãos de investigação, mídia, redes sociais, denúncias (como o Panama Papers, por exemplo).

### **6.1. Troca de Informações**

Aproximadamente R\$ 383 bilhões em ativos no exterior foram declarados por pessoas físicas brasileiras em 2016o que representa um crescimento de quase 28% em relação ao montante declarado em 2015.

Mais de 90% do total de ativos declarados no exterior estão concentrados em doze de países, todos signatários de acordo internacional para assistência mútua em matéria tributária. Após o RERCT1, verificou-se que o montante nas Ilhas Virgens Britânicas superou o declarado pelos brasileiros nos Estados Unidos.

Dentre os países com os quais a troca de informações já teve início em 2017, destacam-se: Argentina, Bermudas, Bélgica, Espanha, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman, Colômbia, Ilhas Faroe, Índia, Jersey, Irlanda, Luxemburgo, Malta, Portugal, San Marino, Reino Unido, etc.

Dentre os países que receberemos informações a partir de 2018, destacam-se: Andorra, Antígua, Aruba, Austrália, Bahamas, Bahrein, Barbados, Belize, Canadá, Chile, China, Ilhas Cook, Costa Rica, Curaçao, Granada, Hong Kong, Israel, Japão, Ilhas Marshall, Ilhas Maurício, Nova Zelândia, Panamá, Rússia, San Martin, Suíça, Turquia, Uruguai, etc.

### **6.2. Exemplo de imóveis não declarados no exterior**

Os primeiros levantamentos efetuados pelos Auditores-Fiscais identificaram um número relevante de brasileiros proprietários de imóveis no condado de Miami.

Dados publicados na imprensa americana indicam que brasileiros foram em 2015 o segundo maior grupo de adquirentes de imóveis em Miami, totalizando 12% das aquisições, o que representa um total de aquisições equivalente a US\$ 730 milhões.

Em valores médios, os brasileiros lideram as aquisições de imóveis, com valor médio de aquisição de US\$ 766 mil, sendo que 75% das aquisições são à vista.

## Resultado da Fiscalização da RFB – 1º Semestre de 2017

A partir das primeiras informações coletadas, estima-se que 4.765 brasileiros compraram imóveis nos últimos 5 anos, dos quais 65% realizaram a aquisição via *Limited Liability Company* (LLC)<sup>2</sup>.

Os dados até aqui analisados mostram que, dos contribuintes que adquiriram imóveis via LLC, 43% não declararam na DIRPF e 22% declararam de forma subavaliada.

Valores estimados, que serão refinados e validos no segundo semestre de 2017 pela RFB, indicam que podem chegar a 2.100 brasileiros que possuem imóveis em Miami não declarados.

### 7. Fiscalização de Alta Performance

Os procedimentos executados no âmbito das Fiscalizações de Alta Performance (FAPE) buscam identificar condutas similares praticadas por um número significativo de contribuintes, de tal forma que a atuação da Fiscalização se dê forma ainda mais eficiente, com baixa aplicação de horas de auditoria.

Antes da confirmação da infração, faz parte da estratégia da RFB nas FAPE, assim como ocorre nos procedimentos de revisão das declarações de IRPF, indicar aos contribuintes que apresentam indícios a oportunidade de se autorregularizar antes do início formal do procedimento de fiscalização e, com isso, evitar autuações com imposição de multa de ofício.

Para a Administração Tributária quanto maior a conformidade tributária, inclusive quando decorrente da autorregularização, maior a arrecadação sem a necessidade de lançamento e do consequente prazo dos contenciosos administrativo e judicial.

Descrição/Ano-Calendário	Quantidade Contribuintes	VEL (*)	VEL Médio
Previdência - % RAT (GILRAT) - visa apurar valores de CP a partir da diferença entre Valor do RAT Ajustado Devido/Apurado e Valor do RAT ajustado declarado Dados dos <b>AC 2012 a 2015</b>	6.285	R\$ 386.710.177,00	R\$ 61.529,00

<sup>2</sup> Empresa comercial de responsabilidade limitada aberta sob as leis Norte-americanas, que não exige visto nem residência dos seus sócios no país para sua abertura.

## Resultado da Fiscalização da RFB – 1º Semestre de 2017

GFIP-Falso Simples - visa apurar valores de CP Patronal, CP GILRAT e CP terceiros a partir de indícios de contribuintes que se declararam como optantes do SN em GFIP mas que não faziam jus a tal forma de apuração Dados do <b>AC 2013</b>	14.115	R\$ 510.946.895,00	R\$ 36.198,00
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------	--------------------	---------------